

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
CS
N.º Único 588173
Entrada/Sessão n.º 581 Data 17/11/17



GRUPO PARLAMENTAR

Exm.º Senhor
Presidente da Comissão de Saúde
M. I. Deputado José de Matos Rosa

O Estado tem, de entre as suas obrigações constitucionais, o dever de *“assegurar o direito à protecção da saúde”* dos cidadãos, cumprindo-lhe efetivar o mesmo através de um Serviço Nacional de Saúde (SNS) *“universal e geral e, tendo em conta as condições económicas e sociais dos cidadãos, tendencialmente gratuito”*.

Verdade é que, em grande medida devido a fatores tão diversos como o desenvolvimento tecnológico, a inovação terapêutica e o envelhecimento demográfico, o SNS tem sofrido, nas últimas décadas, uma crescente pressão económico-financeira, a qual convoca todos os responsáveis e agentes do setor para o desafio de garantir a sua sustentabilidade.

Neste contexto, reveste importância a recente elaboração do estudo *“FLUXOS FINANCEIROS NO SNS”* produzido pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS), no qual se procede à caracterização do movimento desses fluxos dentro do SNS, designadamente identificando as suas principais fontes de financiamento da despesa e descrevendo a distribuição dos recursos disponíveis.

A informação e as recomendações constantes do referido estudo do CNS devem, assim, ser consideradas como relevantes para a reflexão política que se impõe sobre o sistema de saúde português e, em especial, sobre o SNS.

No entender do PSD, importa adotar políticas públicas que explorem as opções possíveis em termos de promoção de ganhos em saúde, bem como encontrar soluções que favoreçam um financiamento sustentável dos cuidados de saúde assegurados no âmbito do SNS.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata requer que a Comissão de Saúde delibere ouvir o Conselho Nacional de Saúde, a propósito do estudo *“FLUXOS FINANCEIROS NO SNS”*.

Palácio de S. Bento, 16 de novembro de 2017

Os Deputados,
Miguel Santos,
Ângela Guerra,
Luís Vales